



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

EDUCAÇÃO NA BAHIA DURANTE A ERA VARGAS (1930-45 E 1951-54)

Antonietta d'Aguiar Nunes*
(UESB)

RESUMO

O trabalho procura salientar as várias realizações do setor educacional tanto no Brasil como no estado da Bahia a partir da criação em 14 de novembro de 1930, pelo governo Vargas, do Ministério de Educação, Saúde e Assistência Pública. Inicialmente coloca os períodos em que se dividiu o governo Vargas: governo provisório de 1930 a 1934; constitucional de 1934 a 1937; Estado novo de 1937 a 1945; e presidente eleito de 1951 a 1954, salientando as realizações educacionais de cada período primeiro a nível nacional e depois no estado da Bahia. Conclui ter sido um período geral de profícuas realizações educacionais em função da criação do Ministério de Educação e Saúde e sua separação em 1953 em 2 ministérios distintos, com a conseqüente criação das secretarias estaduais também de Saúde e Educação de início e depois desmembradas.

PALAVRAS CHAVE: Educação na Bahia – Educação na Era Vargas – Ministério de Educação - Secretaria de Educação - Política Educacional.

INTRODUÇÃO

A chamada “era Vargas” no Brasil compreende o período que vai de 1930 a 1945 e mais os anos entre 1951 e 1954, subdividindo-se em quatro sub-períodos distintos:

1) o Governo Provisório que se seguiu à Revolução de 1930, e que se prolongou até a elaboração da Constituição de 1934;

* Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia. Professor Adjunto de História da Educação – FACED/UFBa. antoniettaan@terra.com.br



-
- 2) o chamado Governo Constitucional, em que Vargas foi eleito presidente pelo Congresso, como determinava a constituição recém-elaborada, e que se estendeu até 10 de novembro de 1937;
 - 3) Nesta data foi instituído o chamado “Estado Novo” que durou até 29 de outubro de 1945, quando as Forças Armadas, tendo à frente o general Góis Monteiro, o depuseram, iniciando o período considerado como redemocratização de 1945/46;
 - 4) o Governo como presidente eleito, que se estendeu de 31 de janeiro de 1951 até o seu suicídio em 24 de agosto de 1954.

Em cada período destes ocorreram importantes medidas referentes à Educação. Antes de tratar especificamente da Bahia, narrar-se-ão as ocorrências nacionais que sem dúvida aqui tiveram repercussão.

Governo Provisório

Logo no 1º período de seu governo, em 14 de novembro de 1930, pelo Decreto nº 19.402, Vargas criou o Ministério de Educação e Saúde Pública, colocando como primeiro ministro Francisco Luiz da Silva Campos que, junto com Mário Casassanta, fora responsável em 1927 pela reforma de ensino no estado de Minas Gerais, com idéias da chamada “Escola Nova” (governo Antonio Carlos, 1926-1930), tendo contribuído para a fundação da Universidade de Minas Gerais em 1927 (NISKIER,1989,p.244). O decreto nº 19.444 de 1º de dezembro de 1930 relacionava, em seu art. 1º os serviços que ficariam a cargo deste novo ministério: a) Gabinete do Ministro; b) Diretoria de Contabilidade; c) Departamento Nacional do Ensino; d) Departamento Nacional de Saúde Pública; e) Departamento Nacional de Medicina Experimental; f) Departamento Nacional de Assistência Pública. No art. 3º, as repartições deslocadas do Ministério da Justiça para o novo ministério:



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

a) Universidade do Rio de Janeiro; b) Escolas Superiores Federais, localizadas nos Estados; c) Instituto Benjamin Constant [de cegos]; d) Escola Normal de Belas Artes; e) Instituto Nacional de Música; f) Instituto Nacional de Surdos-mudos; g) Colégio Pedro II (internato e externato); h) Biblioteca Nacional; i) Museu Nacional; j) Museu Histórico Nacional; l) Casa de Rui Barbosa; m) Escola de Aprendizes Artífices; n) Escola Nacional de Artes e ofícios Venceslau Brás; o) Observatório Nacional; p) Superintendência dos Estabelecimentos de Ensino comercial (NISKIER,1989,p. 246).

A partir de então, as reformas educacionais preconizadas pelo Ministério passariam a valer para todo o país, estruturando e organizando a educação brasileira.

Francisco Campos baixou uma série de decretos objetivando organizar o ensino no Brasil. Em 11 de abril de 1931 o decreto nº 19.850 criou o Conselho Nacional de Educação, o de nº 19.851 dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil [passou a ser conhecido como o Estatuto das Universidades Brasileiras], adotando o sistema universitário e propondo a criação da Faculdade de Educação Ciências e Letras, como formadora de professores sobretudo para o ensino normal e secundário (não chegou a ser instalada-SAVIANI,2005,p.33) - e o de nº 19.852 dispôs sobre a Universidade do Rio de Janeiro.

Ainda neste ano, em 18 de abril, o decreto nº 19.890 estruturou o ensino secundário, afirmando seu caráter educativo e não de mera preparação para o curso superior.

O Ministro dividiu o ensino médio em duas fases: a primeira, a do “Ginásio”, de cinco anos, era fundamental, destinada à formação humana, ao passo que a segunda, a do “Curso complementar”, de dois anos, subdividida em pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico, destinava-se à preparação ao curso superior (TOBIAS,1986,p.281).

E no dia 30 subsequente, o decreto nº 19.941 instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Um pouco mais adiante, em 30 de junho de 1931, o decreto nº 20.158 organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador e, no ano seguinte, criou no Museu Histórico Nacional o curso de Museus em 4 de abril (NISKIER,1989,p.250); o decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário e o de nº 21.353, de 3 de maio do mesmo ano, fez entrar em vigor o Regulamento da Inspeção do Ensino Profissional Técnico.

Em julho de 1932 os paulistas iniciaram uma luta em prol da elaboração de uma constituição para o país. Embora tivessem sido vencidos militarmente, Getúlio Vargas convocou uma constituinte e foi elaborada a carta constitucional de 16 de julho de 1934, que em seu Título V – Da Família, da Educação e da Cultura, trazia o cap. II dedicado à Educação e à Cultura, vigorando assim, por vez primeira em texto constitucional brasileiro, um capítulo referente à Educação, que estipulava inclusive, em seu art. 156:

A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos (CAMPANHOLE&CAMPANHOLE,1971,P.429)

É importante lembrar que o debate educacional continuava existindo na sociedade, especialmente depois da criação em 1924 da Associação Brasileira de Educação (ABE), cujos participantes lançaram em 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” diagnosticando o estado da educação brasileira e apresentando um plano de Reconstrução educacional. As idéias contidas neste manifesto influenciaram bastante o capítulo sobre educação da constituição de 1934.

No ano de 1934, e seguindo a estrutura estabelecida no decreto nº 19.851, foram criadas as Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Porto Alegre.



Governo constitucional

O art. 1º das Disposições Transitórias da Constituição de 1934 determinava que: Promulgada esta constituição, a Assembléia Nacional Constituinte elegerá, no dia imediato, o Presidente da República para o primeiro quadriênio constitucional. Os parágrafos 1º e 2º falavam sobre como seria feita esta eleição, e o § 3º dizia que: O Presidente eleito prestará compromisso perante a Assembléia dentro de quinze dias da eleição e exercerá o mandato até 3 de maio de 1938 (CAMPANHOLE&CAMPANHOLE,2005,P.437).

Getúlio Vargas foi eleito pela Assembléia Nacional Constituinte que, depois de sua posse, se transformou em Câmara dos Deputados e Senado, organizados conforme estabelecia o art. 3º das mesmas Disposições Transitórias.

Logo após sua eleição, em 26 de julho deste ano de 1934, Vargas nomeou o também mineiro Gustavo Capanema Filho para Ministro de Educação e Saúde Pública. Capanema procurou dar nova organização ao Ministério, encaminhado projeto ao Poder Legislativo em dezembro de 1935, só promulgado em 13 de janeiro de 1937 (lei nº 378/37). Os já existentes: Serviço de Radiodifusão Educativa e Instituto Nacional de Cinema Educativo, foram oficialmente colocados na esfera do Ministério de Educação e Saúde Pública.

Capanema teve como seu chefe de gabinete o poeta Carlos Drummond de Andrade e cercou-se de uma equipe diversificada composta por pessoas como Mário de Andrade, Cândido Portinari, Villa-Lobos, Lúcio Costa, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 1935 fora criada no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e, no ano seguinte, foi encomendado o projeto do edifício do Ministério de Educação ao arquiteto francês Le Corbusier, a ser construído no Rio de Janeiro (ficou pronto e se inaugurou no dia 3 de outubro de 1945).



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

No final de 1936, em 12 de dezembro, o Congresso aprovou a Lei nº 342 introduzindo o escotismo nas escolas primárias e secundárias do país (NISKIER,1989,p.266)

Em julho de 1937 a Universidade do Distrito Federal, como parte da reestruturação do Ministério de Educação e Saúde Pública, foi transformada em Universidade do Brasil (lei nº 452 de 5 de julho de 1937).

Estado Novo

No final de 1937 Vargas deveria convocar eleições para o próximo mandato presidencial mas, alegando questões de segurança, fechou o congresso e instituiu, em 10 de novembro deste ano, o chamado “Estado Novo”; e para que não houvesse reclamações quanto à não obediência constitucional, pediu ao jurista mineiro Francisco Campos (que havia sido seu primeiro ministro de Educação e Saúde Pública, como visto) para redigir um projeto de constituição que Vargas, nesta mesma data, outorgou ao país. Neste mesmo dia os governadores da Bahia, Juraci Montenegro Magalhães, e o de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, deixaram suas funções.

Neste novo período governamental, Gustavo Capanema continuou sendo o ministro de Educação e Saúde Pública. No campo da Cultura foram criados por decretos-lei três importantes órgãos: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (nº 25 de 30/11/1937), o Serviço Nacional de Teatro (nº 92, de 21/12/1937 e o Instituto Nacional do Livro (nº 93, de 21/12/1937).

No dia 11 de junho de 1938 foi criada a Escola Naval, no Rio de Janeiro e, em 30 de julho deste ano, Manoel Bergström Lourenço Filho - paulista que realizara reforma educacional com as idéias escolanovistas no Ceará em 1924 – foi encarregado de fundar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sendo seu primeiro diretor. Em 1944 ele criou, e dirigiu até 1946, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

O Conselho Nacional de Serviço Social e o Conselho Nacional de Cultura foram instituídos em 1º de julho, pelos decretos-leis nº 525 e 526 (NISKIER,1989,p.273).

Neste mesmo ano de 1938, o decreto-lei nº 868 de 18 de novembro, instituiu a Comissão Nacional do Ensino Primário, objetivando unificar este nível de ensino em todo o país. E a lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938 tratava das condições de produção, importação e utilização do livro didático em nosso país (NISKIER,1989,p.274).

O espírito nacionalista e patriótico que caracterizou o Estado Novo levou ao fechamento, entre 1937 e 1941, de 774 escolas particulares consideradas “desnacionalizantes” por ministrarem aulas em outra língua que não a portuguesa oficialmente adotada no Brasil, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo (FERREIRA, 2005,p.562).

Em abril de 1939 foram criadas na Universidade do Brasil a Faculdade Nacional de Filosofia (decreto-lei nº 1.190 de 4/4/1939) e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (decreto-lei nº 1.212 de 17/4/1939).

A partir de 1942, Gustavo Capanema baixou uma série de decretos para a organização nacional do ensino. Conhecidas pelo nome de “leis orgânicas” elas caracterizam sobremaneira a chamada “Reforma Capanema” na educação. Foram os Decretos-lei: nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942 que organizava o Ensino Industrial; o nº 4.244 de 9 de abril deste mesmo ano para o Ensino Secundário e o nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943 que estruturava o Ensino Comercial. Mudanças no ensino secundário:

O curso médio continua tendo dois ciclos, mas o ginásio terá quatro anos; o segundo ciclo terá “dois cursos paralelos (o clássico e o científico), cada qual com a duração de três anos, sendo qualquer deles acessível aos candidatos que tenham concluído o curso ginasial”(TOBIAS,1986,p.286)



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Além disso, Capanema criou, ainda em 1942, pelo decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), complementado em 1946 com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Em 2 de junho de 1943 foi criado o “Dia do Índio”, comemorado pela primeira vez em 19 de abril de 1944 (FERREIRA,2005,p.580). Também em 1944, em 14 de julho, foi fundada por decreto-lei a Fundação Getúlio Vargas, de caráter técnico e educativo, com sede no Rio de Janeiro.

No dia 29 de outubro de 1945 ocorreu a deposição de Getúlio Vargas por movimento liderado pelo Gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Terminou o “Estado Novo”. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a presidência da República neste mesmo dia (FERREIRA,2005,p.581/2).

Presidente eleito

Em 3 de outubro de 1950 houve nova eleição para presidente da república, tendo Getúlio Dorneles Vargas obtido 48,7% do total de votos, sendo então eleito e tomou posse no dia 31 de janeiro de 1951. Neste seu novo governo nomeou três baianos para Ministros de Educação e Saúde: Ernesto Simões Filho (31 de janeiro de 1951 a 25 de maio de 1953), Péricles Madureira de Pinho (28 de maio a 24 de junho de 1953) e Antonio Balbino de Carvalho Filho (26 de julho a 06 de agosto de 1953).

No dia 26 de julho de 1953 Getúlio resolveu dividir os ministérios, criando o Ministério da Saúde, separado do agora Ministério de Educação e Cultura. Neste último, Antonio Balbino continuou sendo ministro, até 1º de julho de 1954. A partir de 7 de julho de 1954 tomou posse do ministério da Educação e Cultura outro baiano: Edgar Rego dos Santos, que geriu a pasta até o final do governo Vargas, com seu suicídio em 24 de agosto deste mesmo ano de 1954.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

O Decreto nº 29.741 de 11 de junho de 1951 criou a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, mais tarde denominada Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES).

No dia 13 Agosto de 1951 foi regulamentada por lei a profissão de economista e realizado o I Congresso Brasileiro de Folclore, que aprovou a Carta do Folclore Brasileiro (FERREIRA,2005,p.591/2).

Em 1952, em 23 de março, foi estabelecida a obrigatoriedade da representação de peças teatrais de autores brasileiros nos teatros do país (FERREIRA,2005,p.594). Neste mesmo ano foi realizado em Salvador o II Congresso de História da Bahia (Idem,ib,p.595) e, no ano seguinte, o II Congresso Brasileiro de Folclore, em Curitiba, Paraná (Idem,ib,p.597). Em 1954, as Comemorações do IV Centenário de São Paulo.

Neste ano a lei nº 2.165, de 5 de janeiro de 1954, dispôs sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em S. José dos Campos.

Com o objetivo de melhorar o relacionamento com os remanescentes das populações indígenas do país, a lei nº 2.311 de 3 de setembro de 1954 instituiu em todas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país as cadeiras de Etnografia Brasileira e Língua Tupi (NISKIER,1989,p.318).

Mas o governo Vargas vinha enfrentando oposição por parte de vários grupos e no dia 5 de agosto ocorreu um atentado contra o político e jornalista Carlos Lacerda, na rua Toneleros, no Rio de Janeiro, em que morreu o major da aeronáutica Rubens Florentino Vaz. No dia 22 deste mês oficiais da Aeronáutica exigiram a renúncia de Vargas, no dia 23 trinta generais gaúchos pediram também a renúncia do presidente, que se suicidou no Palácio do Catete no dia seguinte, 24, deixando uma Carta Testamento. Foi sepultado em 26 de agosto na cidade de São Borja, RGS (FERREIRA,2005,p.598).



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Educação na BAHIA durante a Era Vargas

Seguir-se-á nesta parte do trabalho a mesma divisão por períodos já considerada.

Governo Provisório

Por ocasião do movimento revolucionário de outubro de 1930, governou a Bahia o Cel. Ataliba Jacinto Osório - (de 25/10 a 1º/11/1930), que nomeou o prof. Pereira Guimarães como Diretor Geral de Instrução. Era prefeito da capital o sr. Leopoldo Amaral. Com a revolução de 1930 no Brasil, os estados passaram a ser governados por Interventores nomeados pelo presidente Getúlio Vargas.

O primeiro Interventor na Bahia foi Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, que governou de 1º de novembro de 1930 a 18 de fevereiro de 1931. Era professor da Escola Politécnica e ligado ao grupo de J.J. Seabra. Teve como Secretário de Interior e Instrução Pública o desembargador Lidérico dos Santos Cruz, mas nada puderam realizar de muito significativo, pelo curto tempo do governo. Mesmo assim, baixaram o decreto nº 7.163 de 31 de dezembro de 1930 alterando as leis nº 1.846 e 2.232 no que se referia ao ensino público na capital do Estado, e o decreto nº 7.210 aprovando o Regulamento da Biblioteca Pública (TAVARES/ANDRADE/ TEIXEIRA, 1985,pp.157 e 159)

Em 1931, de 18 de fevereiro a 15 de julho, governou a Bahia Artur Hehl Neiva, que teve Bernardino José de Souza como seu Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. E nomeou prefeito de Salvador o engº Arnaldo Pimenta da Cunha, (em substituição a Tirso Paiva, que exercia o cargo interinamente) empossado no mesmo dia que Artur Neiva. Aristides Novis foi designado diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, por decreto do Governo Provisório. Neste período o Decreto nº 7.479 de 8 de julho de 1931, considerado Lei de Organização Municipal, suprimiu vários municípios que tinham menos de 20.000 habitantes e arrecadação insuficiente. Devido aos protestos ocorridos, vários municípios foram posteriormente reinstalados.

Ainda em 1931, um terceiro interventor foi o general Raimundo Rodrigues Barbosa (15 de julho a 19 de setembro de 1931), logo sucedido pelo tenente cearense



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Juracy Montenegro Magalhães, que ficou como interventor no estado de 19 de setembro de 1931 a 21 de abril de 1935, ocasião em que foi eleito governador pela assembléia constituinte. Juracy fora indicado por Juarez Távora. Seu Secretário do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência pública, foi primeiro Aluisio Henrique de Barros Porto e depois Artur Berenguer; o Diretor de Instrução Pública era Isaias Alves de Almeida, nascido em Santo Antonio de Jesus. Construiu uma Escola Modelo para menores. Em 1931 o governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, transferiu provisoriamente a Escola Agrícola da Bahia de São Bento das Lages (Cruz das Almas), para Salvador. Em 1931 foi inaugurado o colégio SS Sacramento, em prédio cedido por d. Augusto Álvaro da Silva, arcebispo primaz do Brasil.

O decreto federal no 19.890, de 18 de abril de 1931 que, como visto, estruturava o ensino secundário, extinguiu o bacharelado em ciências e letras, tornando última a turma de bacharéis que havia se formado pelo Ginásio da Bahia em 1930 (FARIAS/MENEZES,1937,p.329).

No ano de 1932 a Bahia dispunha de 860 unidades escolares primárias em Salvador e 1.128 no interior do estado. A freqüência neste ano foi de 7.405 alunos na capital e 34.479 no interior (BAHIA,1933,p.83). E mais:

Inauguraram-se em 1932 grupos escolares, tipo modelo, nos municípios de Cachoeira, Cruz das Almas, Pojuca e Itaberaba. Encontra-se em construção os dos municípios de Afonso Pena, Areia, Maragogipe, Barra da Estiva, Palmeiras, Itaparica, Jequié, Conquista e outros. Foram autorizadas as construções de grupos escolares nos municípios de Barra, Remanso, Chique-Chique e Rio Branco (BAHIA,1933,p.84).

Os programas para as escolas públicas e particulares do ensino primário e jardim de infância foram aprovados por decreto estadual nº 8.450 de 31 de maio de 1933. Por decreto nº 8.494, de 21 de junho deste ano, foi criada a Revista de Educação, órgão do Departamento de Instrução Pública (TAVARES,2001/2002,p.183 e 66)



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Em 1934 o preferito de Salvador, José Americano da Costa, adquire em hasta pública uma casa na rua São José para abrigar mendigos que perambulam pela cidade. Posteriormente inaugurou-se o Abrigo Salvador (BAHIA,1997,p.148)

Governo constitucional

Depois da constituição brasileira de 1934, elaborou-se também a Constituição baiana de 22 de abril de 1935 e os membros do congresso estadual baiano elegeram Juracy Montenegro Magalhães como governador, cargo em que permaneceu desta data até 10 de novembro de 1937.

O decreto nº 9.471, de 22 de abril de 1935, criou no estado a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública e reestruturou o Conselho de Educação, que até então mantinha o status da lei de 1925, sob a denominação de Conselho Superior de Educação. O art. 10 do Decreto determinava a composição deste Conselho:

O Secretário de Educação, Saúde e Assistência Pública, ao qual caberá a Presidência, pelos Diretores Gerais dos Departamentos da Educação e da Criança; dos diretores do Ginásio e da Escola Normal da capital e de um representante do Professorado Primário, de livre escolha do governo (MATTA,1982,p.140)

O primeiro Secretário desta nova pasta foi o higienista Antonio Luís Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto. A nova pasta criou os Departamentos de Saúde Pública, Educação e Serviço Médico-social, para os quais foram nomeados, respectivamente, os professores Alfredo Brito, Agripino Barbosa e Edgard Rego Santos (Cartilha Histórica da Bahia, 2ª ed,p.52).

Na Mensagem apresentada ao Presidente em 1935, o interventor Juracy Magalhães afirmava sobre educação:

Durante o período da Interventoria Federal contam-se por dezenas os modernos prédios escolares já construídos no interior do Estado. Destes já se acham em funcionamento os dos municípios de: Cruz das Almas, Itaberaba, São Sebastião, Rui Barbosa, S. Felipe, Afonso Pena, Palmeiras, Jequié, Maragogipe e Maraú. Terminados e



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

dependendo apenas de inauguração estão os de Conquista, Irará, Jacobina, Itabuna, Mundo Novo e Bonfim. Encontram-se em construção os de: Juazeiro, Remanso, Pilão Arcado Chique-Chique, Minas do Rio de Contas, Jequiriçá, Inhambupe, Alagoinhas, / (p. 24) Valença, Itapira, Guanambi, Alcobaça, Campo Formoso, Monte Alegre, Castro Alves, Seabra, Saúde e Jaguarari.

Dispondo esses edifícios do necessário material didático e mobiliário moderno, completam-se dessa forma, os elementos materiais com que o Governo vai aparelhando o ensino primário.

Igualmente melhoradas tem sido as escolas isoladas substituindo-se do seu mobiliário milhares de peças de antigas instalações escolares, demonstrando o zelo com que, todas as formas, atende o Governo às necessidades do ensino.

Destinado a escolas infantis ou intermediarias serão inaugurados, dentro de poucos dias nesta Capital, dois prédios especialmente, constituídos para esse fim, sendo um na Praça da Republica, no arrabalde de Itapagipe, e outro no Largo da Mariquita, no Rio Vermelho (BAHIA,1935,p.23/4)

O governo Juracy Magalhães preparou o prédio na Av. Sete, corredor da Vitória, para instalação da Secretaria de Educação Saúde e Assistência Pública recém criada; edificou, na capital, o Instituto de Educação e as escolas Góes Calmon e Duque de Caxias; ampliou o Ginásio da Bahia e construiu pelo menos um prédio escolar em quase dois terços das cidades baianas, dando novo aparelhamento às escolas públicas; obteve a federalização da Escola Politécnica da Bahia, transformou a Escola Normal de Feira de Santana em Escola Normal Rural (com ênfase na formação de professoras especificamente para as zonas rurais, interligada a um projeto nacional) e criou a Escola Profissional de Cachoeira (Cartilha Histórica da Bahia,s/d;33 e SOUSA,2001,p.139).

Na Mensagem apresentada em 1936, Juracy Magalhães afirma às p. 44/5:

Continuou o Governo a construção de prédios escolares, sabido que como é na estimativa da eficiência do sistema de ensino, as instalações convenientes e adequadas,



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

representam um contingente primacial. No Interior do Estado foram inaugurados e construídos, em 1935, os de Bonfim, Conquista, Irará, Itabuna, Maragogipe, Mundo Novo, Minas do Rio de Contas; em início de / (p.45) construção uns e em vias de conclusão outros, encontram-se se os de Alcobaça, Alagoinha, Chique-Chique, Castro Alves, Campo Formoso, Cipó, Seabra, Guanambi, Inhambupe, Itacaré, Itaparica, Irecê, Juazeiro, Jequiriçá, Jaquarari, Mata de São João, Monte Alegre, Mutuipe, Pojuca, Remanso, Santo Antonio da Gloria, Santo Estevão, Saúde e Valença; diversos sofreram reparos e melhoramentos, alguns completa remodelação, tais os de Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, S. Gonçalo dos Campos, etc.

Na Capital construía-se dois prédios escolas infantis: o “Baroneza de Sauipe”, em Itapagipe, e o “Osvaldo Cruz” no Rio Vermelho.

Após cuidadosos estudos estabeleceram-se diversos tipos de prédios escolares, cuja edificação deve ter início no próximo ano e concluíram-se as bases para a concorrência dos projetos do Instituto de Educação que virá a substituir a nossa centenária Escola Normal.

Em 1937 a Liga Baiana contra o Analfabetismo realizou um comício popular, no bairro da Capelinha de São Caetano, em prol da erradicação da ignorância. O major Cosme de Farias fundou a escola primária Livino de Amorim, com capacidade para 40 crianças (BAHIA,1997,p.158)

Neste mesmo ano foi inaugurado em Salvador o Instituto de Cegos da Bahia, entidade sem fins lucrativos (BAHIA,1997,p.158).

Estado Novo

Em 10 de novembro ocorreu o golpe do Estado Novo e Juracy Magalhães, por não concordar com alguns pontos, renunciou ao governo do estado. O coronel Antonio Fernandes Dantas (apoiado por J.J.Seabra) foi nomeado para governar a Bahia. Assumiu



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

no dia 11 de novembro de 1937 e governou até 23 de março de 1938. Teve como secretário de Educação, Saúde e Assistência Pública o dr. Agripino Barbosa, diretor do Departamento de Educação no governo anterior.

No dia 28 de março de 1938 assumiu o novo interventor, Landulfo Alves de Almeida que governou até 24 de novembro de 1942. Natural de Santo Antonio de Jesus, engenheiro agrônomo pela Escola de São Bento das Lajes - que teve como secretário de Educação e Saúde o seu irmão, Isaías Alves de Almeida. Landulfo Alves nomeou Neves da Rocha prefeito de Salvador, e Regis Pacheco prefeito de Vitória da Conquista.

O Censo de 1940 mostrara que no Nordeste apenas 27,13 % da população era alfabetizada. Este governo ampliou o sistema de ensino primário construindo grande número de prédios escolares. Terminou a construção do Instituto Normal da Bahia (hoje ICEIA) e construiu a Escola de Agronomia de Cruz das Almas (1940). E ainda, pelo decreto nº 11.276 de 21 de março de 1939 criou-se o Instituto Mauá, com aulas e exposições de costuras e artesanato variado feitos pelos alunos.

No ano de 1940 o presidente Getúlio Vargas aprovou o projeto de decreto-lei de autoria do secretário de Educação da Bahia, Isaias Alves, adaptando o Instituto Normal baiano às escolas normais rurais, dando assim nova estrutura administrativa ao ensino do Estado (BAHIA,1997,p.168).

Neste ano houve também na Bahia a comemoração na Biblioteca Pública da Bahia do centenário da obra *Flora Brasiliensis*, um dos mais famosos livros de ciência já escritos no Brasil, dos autores baianos Alexandre Rodrigues Ferreira e Joaquim Monteiro Caminhoá (BAHIA,1997,p.170)

Landulfo Alves baixou neste ano o decreto nº 11.762, de 21 de novembro de 1940, dispondo sobre a estrutura administrativa do ensino no estado da Bahia (TAVARES/ANDRADE/TEIXEIRA,1985,p.157). Ainda neste governo foram baixados os atos necessários à criação e instalação de uma Escola Superior de Educação Física pelo decreto lei nº 12.362 de 1º de julho de 1942. Uma segunda turma de professores foi



enviada a se especializarem na Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil de modo a poderem ser aproveitados alguns para o novo curso, que deveria funcionar no prédio recém inaugurado do Instituto Normal da Bahia, que tinha instalações satisfatórias: piscina, ginásio, pista de atletismo e material didático apropriado. Esta iniciativa foi inexplicavelmente anulada pelo governo seguinte, do general Pinto Aleixo e seu secretário de Educação e Saúde, o professor Álvaro Augusto da Silva (FERRARO,1991,p.18/9).

O general Renato Onofre Pinto Aleixo governou a seguir a Bahia, de 24 de novembro de 1942 a 28 de outubro de 1945. Teve como secretário de Educação e Saúde o médico Aristides Novis, [e depois Álvaro Augusto da Silva] (Cartilha Histórica da Bahia, s/d;40;e 2ª ed.,p.59).

Em 1942 o antigo ginásio da Bahia passou a funcionar também como colégio, tendo seu nome mudado para Colégio da Bahia (TEIXEIRA,2001/2002,p.220).

Em seu relatório referente ao exercício de 1943, Pinto Aleixo relata à p.62:

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL – Enquanto não se processava a reforma geral que se tem em vista, houve mister de regular-se matérias de várias espécies pendente de solução e de caráter inadiável.

Desta sorte, vários atos foram expedidos, referentes ao ensino primário, normal e secundário, merecendo destacados, entre eles:

- a) – Decreto lei nº 12.657, de 8 de janeiro, que modificou processo de concurso para ingresso ao magistério primário:
- b) – Decreto lei nº 12.663, de 20 de janeiro, que extinguiu a Assistência de atividades Extra-Classes;
- c) – Decreto nº 12.686, de 1º de março, que aprovou o Regulamento, para funcionamento do 2º ciclo de ensino secundário, compreendendo os cursos clássicos e científico, no Colégio Estadual da Bahia;



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

-
- d) – Decreto lei nº 12.691, de 5 de março, que reorganizou as Escolas Normais do Interior;
 - e) – Decreto lei nº 12.849, de 4 de agosto, dispondo sobre a criação de Cooperativas Escolares mantidas pelo Estado;
 - f) Decreto lei nº 9, de 1º de setembro, que instituiu o concurso de “Biografias de Bahianos Ilustres”;
 - g) – Decreto lei nº 15, de 6 de setembro, sistematizando plano quadrienal de construção de prédios escolares no interior e respectivo mobiliário.
 - h) – Decreto lei nº 20, de 20 de setembro, reduzindo a taxa do curso complementar de \$500,00 para \$200,00;

Em 1943 foi instituída a merenda escolar na Bahia, pela Legião Brasileira de Assistência - LBA, presidida pela sra. Ruth Aleixo (BAHIA,1997,p.181). Neste ano, em função do bombardeamento de navios brasileiros por submarinos alemães e dos acontecimentos da segunda guerra mundial, haviam sido fechados na Bahia os consulados alemão e italiano e também o conceituado Colégio Alemão; e depois as filiais dos Bancos Alemão-Transatlântico e Francês Italiano (Id.,ib.,p.180)

Depois seguiu-se o período da redemocratização de 1945/46, que não será objeto de estudo neste trabalho.

Presidente eleito

No ano de 1951 o novo presidente eleito, Getúlio Dorneles Vargas, nomeou para Ministro da Educação o baiano Ernesto Simões Filho, natural de Cachoeira. Neste mesmo ano, um projeto de lei do governo estadual criou a Escola de Medicina veterinária da Bahia (BAHIA,1997,p.212), - subordinada à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, cujo secretário era o agrônomo Antonio Nonato Marques, nascido na antiga Vila Bela de Santo Antonio das Queimadas, hoje Queimadas, diplomado em 1937 pela Escola Agrícola (Cartilha Histórica da Bahia,s/d; pp. 48 e 135). Finalmente criada por lei nº 423 de 20 de outubro de 1951, a Escola de medicina Veterinária passaria depois, pelo



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

decreto-lei 250 de 28 de fevereiro de 1967, para a Universidade Federal da Bahia, junto com a Escola de Agronomia de Cruz das Almas (BOAVENTURA,1984,p.129).

O governador Luís Regis Pereira Pacheco, governou de 31 de janeiro de 1951 a 7 de abril de 1955. O primeiro ato legislativo do seu Governo, segundo ele mesmo afirma na Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, foi a sanção e promulgação da lei que desdobrou, em dois órgãos distintos, a antiga Secretaria de Educação e a de Saúde e Assistência. Vários foram os seus Secretários de Educação: Tarcilo Vieira de Melo, Murilo Soares da Cunha, Dorival Guimarães Passos e Renato Vaz Sampaio. Foram construídos ginásios em Vitória da Conquista, Serrinha, Jequié e instalados o Teodoro Sampaio em Santo Amaro e o João Florêncio Gomes na capital, além do grupo Carneiro Ribeiro na ilha de Itaparica. (Cartilha Histórica da Bahia,s/d,p.48/9 e 2ª ed. p.68).

Em 1952, em sua Mensagem o governador afirmava que: No setor do ensino primário, concluímos 53 escolas rurais, iniciamos 36 e terminamos 11 do tipo nuclear e mínima... No âmbito do ensino secundário e normal, concluímos as escolas normais de Jacobina, Conquista, Barra e Itaberaba. Efetuamos obras de restauração no edifício do Instituto Normal; vamos construindo, de acordo com o Ministério da Educação, um amplo e confortável prédio para o Ginásio de Itapagipe;(Mensagem do Governador,1952,p.28/9). Neste ano de 1952 foi instalado na Escola Politécnica o curso de Engenharia do Petróleo, a ser ministrado em 3 anos por técnicos do Conselho Nacional do Petróleo (BAHIA,1997,p.216)

No ano seguinte, 1953, o governador Regis Pacheco, na sua Mensagem à Assembléia Legislativa narrava à p.29/30:

Mantivemos no interior cerca de 3.424 escolas primarias e na capital 701, com uma freqüência quase de 109.031 alunos. Registramos o funcionamento, em todo o estado, de 1.531 escolas particulares, com uma freqüência de 19.613 crianças. Evidentemente, os números entristecem o observador que os compara à população do estado em idade escolar.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

(p.30): No exercício, em exame, distribuímos material didático escolar em quantidade superior a dois milhões de cruzeiros; restauramos proficuamente, com regularidade o curso de férias para o professorado primário, que a ele acorreu em comparecimento promissor.

Em regime de convênio com o Governo Federal, concluímos a construção de mais 176 escolas; 15 grupos escolares e, nesta capital, em moderníssimo prédio, que custou perto de três milhões de cruzeiros, a Escola Castro Alves, recentemente inaugurada.

Na esfera do ensino secundário, normal e profissional, insistimos, redobrando energias e esperanças na idéia de torná-lo amplamente difundido no interior. Ultimamos, assim, as obras das Escolas Normais de Conquista, Juazeiro, Barra, Jacobina e Itaberaba. Instalamos e pusemos em funcionamento os Ginásios de Jequié e Serrinha. Procedemos com auxílio federal a sérios trabalhos de conservação nos edifícios dos Colégios da Bahia e Instituto Normal. Estamos por concluir o novo prédio do Ginásio de Itapagipe e dando prosseguimento às obras do Centro Carneiro Ribeiro, cujo pavilhão de Trabalhos Manuais deverá funcionar em breve tempo.

Ampliamos o ensino profissional ministrado no Ginásio da Liberdade, e celebramos convênio com o Conselho Nacional do Petróleo para a organização de um centro de habilitação de operários em petróleo, estando em construção bem adiantada um amplo pavilhão destinado a tal objetivo.

CONCLUSÕES

Pelo exposto, constata-se a intensa atividade ocorrida na chamada “Era Vargas” no campo educacional, tanto a nível nacional quanto estadual, certamente estimulada pela criação do Ministério em 1930 e da Secretaria Estadual de Educação em 1935. Ampliou-se a construção de prédios escolares e a formação de professores primários, reestruturou-se o ensino secundário, organizou-se o nível universitário, não se



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

descuidou também do ensino profissional e dos que tinham necessidades especiais de educação. Foi uma época realmente profícua para toda a área educacional.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Assembléia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. Divisão de Pesquisa. Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana – 1889-1991. 2ª ed. Salvador: Assembléia Legislativa, 1997. 383 p.
- BAHIA. Exercício de 1943 - Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente da Republica pelo general Renato Onofre Pinto Aleixo, interventor federal no estado da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial, 1945. 174 p.
- BAHIA. Exposição feita ao exmo.sr.dr. Getúlio Vargas pelo capitão Juracy Montenegro Magalhães- interventor federal no estado da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933. 110 p.
- BAHIA. Mensagem apresentada pelo dr. Luiz Regis Pacheco Pereira à Assembléia Legislativa em 7 de abril de 1951. Bahia: Imprensa Oficial, 1951. 24 p.
- BAHIA. Mensagem apresentada pelo dr. Luiz Regis Pacheco Pereira à Assembléia Legislativa em 7 de abril de 1952. Bahia: Imprensa Oficial, 1952. 33 p.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. Pela causa da educação e da cultura. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1984. 221 p.
- CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Todas as constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1971. 665 p.
- CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Cívica, s/d. (traz informações até 1967 inclusive)
- FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia durante o primeiro século 1837-1937. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. 434 p.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. Dicionário de Educadores no Brasil – da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ / MEC-INEP, 1999. 496 p.
- FERRARO, Alcyr. Educação Física na Bahia – Memórias de um professor. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. 170 p.
- FERREIRA, Olavo Leonel. 500 anos de História do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2005. 720 p.
- HORTA, José Silvério Baía. Gustavo Capanema in FÁVERO & BRITTO, Dicionário de educadores no Brasil, 1999, p. 232-236.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

-
- KOIFMAN, Fábio (org.) Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá. Presidentes do Brasil. São Paulo: Cultura, 2002. 929 p.
- MATTA, Raymundo. Do Império à República 1842-1982 (140 anos de História) Evolução histórica do Conselho Estadual de Educação da Bahia. Separata das Redactas 15,16 e 19. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura/Conselho Estadual de Educação, 1982. s/nº e s/d.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. Francisco Luis da Silva Campos in FÁVERO & BRITTO, Dicionário de educadores no Brasil, 1999, p.195-200.
- NISKIER, Arnaldo. Educação brasileira: 500 anos de História, 1500-2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989. 632 p.
- SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil in STEPHANOU & BASTOS, Histórias e Memórias da Educação no Brasil, 2005, p.30-39.
- SOUSA, Ione Celeste de. Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945. São Paulo: EDUC (Editora da PUC-SP), 2001. 197 p.
- STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e Memórias da Educação no Brasil – vol.III – século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. 435 p.
- TAVARES, Luís Henrique Dias, ANDRADE, Maria José de Souza e TEIXEIRA, Marli Geralda. Ementário da legislação educacional do Estado da Bahia no período republicano 1889-1983. Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, 1985. 465 p.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. Fontes para o estudo da Educação no Brasil – Bahia. 2ª ed. Salvador: UNEB, 2001/2002. 500 p.
- TOBIAS, José Antonio. História da Educação Brasileira. 3ª ed. São Paulo: IBRASA, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, Ltda., 1986. 349 p.